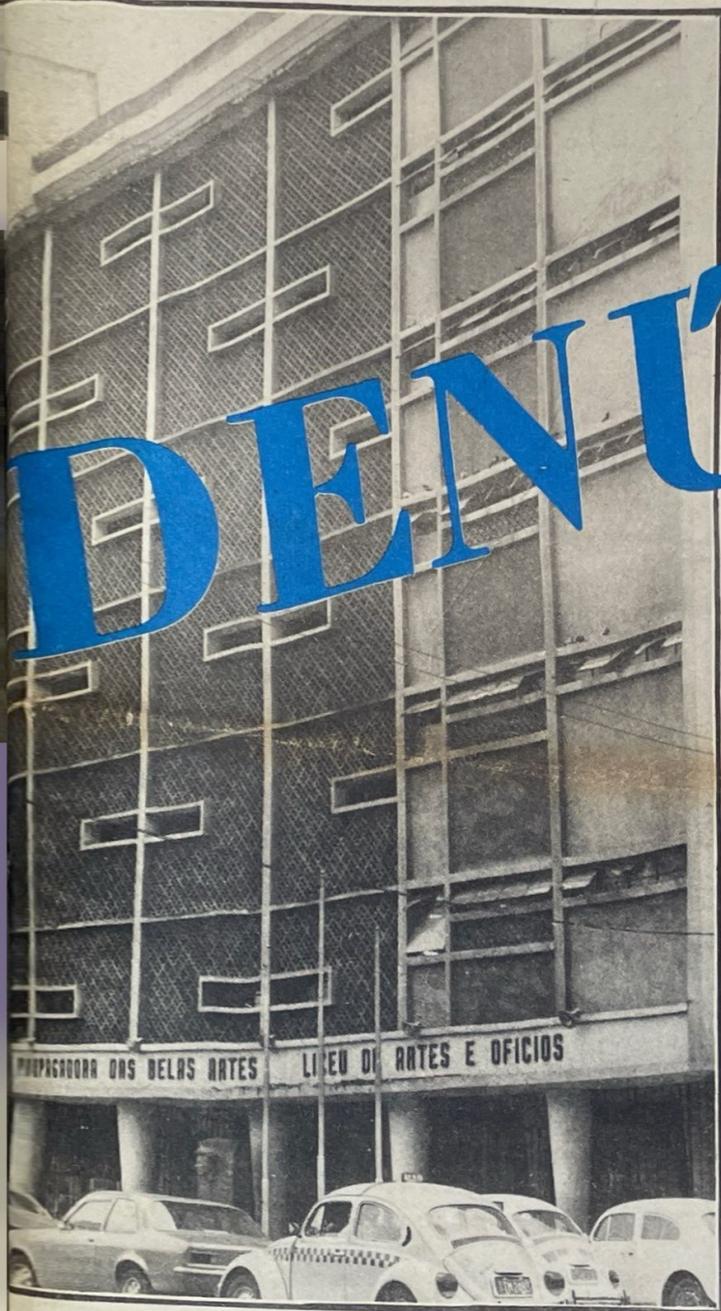


FOLHA DO PROFESSOR

Ano 20 N.º 86 Novembro 1979

Publicação Mensal

Órgão do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro



DENÚNCIA

PÁGINAS 6 e 7

Mais abusos.

Liceu de Artes e Ofícios não cumpre dissídio. Onde fica a lei?

Diretoria do Jacobina altera relações de trabalho sem ouvir professor.

SENAC ensina a legislação trabalhista, mas não dá exemplo.

Gama Filho cria órgão para impedir a atuação do Sindicato.

Professora ameaçada com polícia no Oxford conta tudo sobre o curso.

Escola ensina Piaget, mas cerceia liberdade de alunos e pais.

Você com a palavra.

**Assão das Zonais
i cumprida.
ora devemos dar
rça às Comissões
Sindicato**

Págs. 2 e 3

**O Sindicato começa
a preparar campanha
salarial de 80. Mas
precisa da sua
informação.**

Página 4

**Os moçambicanos
e a educação do
oprimido. Piaget
e a inteligência.**

Educação nas

Págs. 8 e 9

**Violência foi a
resposta à greve
em São Paulo.
Santo morreu.**

**Movimento
em discussão**

Pág. 10

MARIANO e a barra do professor. Pág. 12

Diretoria decide fim das Comissões Zonais

A diretoria do Sindicato resolveu extinguir as Zonais, por achar que elas cumpriram seu papel nos momentos de mobilização para a greve e durante a greve, mas que, agora, vinham dispersando as forças, ou seja, mantinham longe grande número de companheiros que poderiam estar concentrando trabalho e esforço dentro do próprio Sindicato ou atuando diretamente nas escolas.

A decisão da diretoria foi anunciada numa reunião ampliada, realizada no início do mês. Na ocasião, ficou combinado que este grupo — composto, em quase totalidade, pelo pessoal das Zonais — promoveria reuniões quinzenais na sede do Sindicato, para debate aberto dos problemas políticos e eco-

nômicos que envolvem a categoria profissional dos professores e dos trabalhadores em geral.

Na mesma reunião, foi explicado a todos que as Comissões de Imprensa, Salarial e outras estavam precisando de um maior número de membros, já que a diretoria, com seus seis diretores efetivos, não poderia assumir todos os trabalhos que lhe eram exigidos. Essa, por sinal, foi a razão principal da extinção das zonais, organizações dispersas que mantinham isoladas pessoas sempre dispostas a participar da luta sindical, mas que, em razão desse mesmo isolamento, não podiam apresentar um trabalho objetivo no Sindicato ou nas Escolas.



Diretoria se reúne com representantes dos zonais para reorganizar a estrutura sindical

Professores vão discutir a CLT

Os estudos sobre o anteprojeto da Consolidação das Leis do Trabalho vão ser repatados por uma comissão de professores cuja tarefa será levar a discussão do problema até a categoria profissional. Assim, então, por meio de um amplo debate, os professores terão condições para sugerir alterações importantes no anteprojeto. Daí a necessidade de que o maior número possível de professores se inscreva nessa comissão.

Sindicato fará Curso de Férias

O Sindicato dos Professores vai promover um curso de reciclagem em História, Matemática, Biologia, Português e Geografia. Os cursos estão sendo organizados pela Comissão Cultural e, entre os professores convidados já têm presença confirmada, como Cláudio Puppim, Maria Lúcia Ribeiro, Nelson Saito, Ivo Barbieri, Ilmar Rohloff de Mattos, Roberto Dottori, Teresa Bulhões, Sérgio Escarlate e Sérgio Linhares.

Os cursos estão previstos para acontecer logo depois do carnaval, e as vagas são limitadas. Inscrições e informações no Sindicato.

LIVRARIA MURO

A Livraria MURO oferece 20% de desconto para livros e demais artigos para professores sindicalizados, mediante apresentação da carteira do Sindicato.

End. Rua Conde de Bonfim, 334 — Sobrelaja, 203 — Pça. Saens Peña.

PLACAR DE SINDICALIZAÇÃO

Professores que se sindicalizaram:

Setembro de 76 a setembro de 77.....	228
Setembro de 77 a setembro de 78.....	317
Setembro de 78 a setembro de 79.....	2.254
Outubro de 79.....	66

EXPEDIENTE DO SINDICATO

DIRETORIA — de segunda à sexta-feira, das 13 às 19 horas.

trabalho — segunda, quarta e sexta-feira, das 14 às 17 horas.

ta-feira, das 16h30min às 18h; sexta-feira, das 10 às 12h.

SECRETARIA — de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas

TRABALHISTA

Dr. Fernando; segunda-feira, das 16 às 18h; sexta-feira, das 16 às 18h.

SERVIÇO DENTÁRIO

— Dr. Jair — segunda a sexta-feira, das 10 às 14 horas na sede do Sindicato.

TESOURARIA — de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Dr. Leopoldina; segunda, terça e quarta-feira, das 16h30min às 18h.

OBSERVAÇÃO: As mensalidades foram corrigidas a partir do mês de julho. Passando o trimestre de Cr\$ 81,00 para Cr\$ 135,00.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA — Homologação de rescisão de contrato de

Dr. Alice; quarta-feira, das 15 às 16h30min; quin-



Prezados colegas: Agradeço, realmente sensibilizado, o convite da diretoria do nosso Sindicato para a Mesa Redonda em Homenagem aos Professores Cassados, realizada a 15 último.

Lamentavelmente, pequeno acidente de automóvel, no meu regresso de Teresópolis, naquele dia, impediu-me de comparecer. Não, a rigor, para receber uma homenagem, mas para juntar-me a todos os que manifestaram justo repúdio aos atos arbitrários que nos atingiram, entre os quais, permitam-me, ressaltarei a figura de Afonso Saldanha, comprovadamente vítima da tortura. Com um fraternal abraço, Henrique Miranda.

Em primeiro lugar, em momento não falei naquela solenidade expressando idéias qualquer conteúdo. A emoção determinada pela ausência física de companheiros me como Afonso Saldanha, me impediram.

Por outro lado, a luta pela Anistia que de aos meus ideais transcende à própria mim atribuída. Penso numa ampliação da que liberte do arbítrio todos aqueles que estão presos ou impedidos de voltar ao penso numa luta que, envolvendo todas as ças democráticas numa ampla frente, a toda a Nação eliminando as leis de exceção penso numa luta que anistie os companheiros mortos com a libertação do povo brasileiro.

Certo de que cada retificação contribua que a FOLHA DO PROFESSOR seja sempre cada vez mais o depositário das opiniões dos professores e o acreditado porta-voz das ações e liderança da diretoria do Sindicato nossa luta, subscrevo-me com saudações. Robespierre Martins Teixeira.

Prezados companheiros,

Temos o prazer de acusar o recebimento da FOLHA DO PROFESSOR, que foi de nossa melhor atenção. Agradecendo a gentileza da remessa, enviamos saudações securitárias. Federação Nacional dos Pregados em Empresas de Seguros Privados, Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito. Alvaro Freitas, presidente e Júlio Menandro devalho, secretário.

Prezado senhor:

Temos a grata satisfação de acusar o recebimento do poder a Folha do Professor, n.º 85, juntamente com a Circular da Convenção do Trabalho, desse Sindicato, tendo a merecido a nossa atenta atenção.

Muito agradecendo pela gentileza da mensagem aproveitamos, a oportunidade de renovar os nossos protestos de elevada e consideração. Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenado.

FOLHA DO PROFESSOR

Ano 20 — N.º 86 — Novembro/1979

Órgão oficial do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro

Sede própria — Rua Pedro Lessa, 35/2º andar — CEP 20.030 — Rio de Janeiro, RJ — Tel.: 224-7466

Diretor Responsável

Waldyr Duarte

Comissão de Imprensa e Divulgação

Ana Maria Szapiro, Ana Moreno, Gustavo Krause, Jorge Luiz de Souza e Silva, José Muniz Navegantes, André Valente

Arte e Diagramação

Laerte Fernandes

Jornalista responsável

Heliete Vaisman

A Diretoria não se responsabiliza pelos artigos assinados

A Folha do Professor está aberta à colaboração dos companheiros. Todavia, o acúmulo de matérias pode obrigar a Comissão de Imprensa e Divulgação a selecionar aquelas que, a seu critério, forem julgadas de maior interesse para a categoria.

Composto e impresso na Gráfica Editora Jornal do Comércio — Rua do Livramento, 189 — Tel.: 223-2613 — Rio de Janeiro.

Uma produção LIDE — Editorial e Serviços Jornalísticos, Ltda. Rua Senador Soares, 18 Vila Isabel. CEP 20.541. Tel.: 208-5686. Rio de Janeiro, RJ.

RIO, NOVEMBRO DE 1979
COMPANHEIRO RESPONSÁVEL PELA FOLHA DO PROFESSOR

O n.º 85 do jornal do nosso Sindicato, na reportagem sobre a Semana do Professor, apresenta como sendo minha, uma sugestão para a continuação da luta pela Anistia. Esta informação não corresponde à realidade.

EDITORIAL

proximadamente um professores re- to- modo organizado e suas lutas catóricas, dando início a uma etapa na vida do

sentindo mudanças, se efetivarem neces- impõem novos níveis organização e mobilização, grupo de profes- organizou-se na Chapa Chapam a formação Chapa a eleição de uma que pudesse liderar a professores e a aber- para a categoria, do de decisão dos rumos

eleição, que transformou a 2 em diretoria, e o crescente de profes- sindicalizados avalizam linha de comportamento. espaço determinado por a diretoria do Sindicato ad sua prática. Assim, do permanente, têm procuradas as formas de, ação que garantam a nca cada vez maior do to dos professores em as decisões; que ga- à diretoria o cumpri- de seu papel de propul- e lutas, de codificadora postas e de executora pósitos da categoria; ão permitam que pe-

quenos grupos determinem, para o conjunto dos profes- sores, os destinos de suas lutas.

Desta forma, é permanente a procura de vias que permitam a ampla ligação entre a categoria e a diretoria que a representa. Neste quadro, é que se inserem as Zonais.

Durante a greve dos professores de 1º e 2º graus da rede particular de ensino, as Zonais constituíram-se num importante instrumento de mobilização e organização do Movimento. Os professores de cada região aglutinavam-se para discutir a organização da greve, os piquetes, os problemas surgidos nas escolas.

Durante a mobilização da greve, ali era feito o balanço da situação e se tomava ciência da realidade do Movimento em cada região. Esses diagn- nósticos eram encaminhados a reuniões formadas pela di- reção do Sindicato, represen- tantes de Zonais e demais companheiros que dela quisessem participar. Ali as discussões políticas eram aprofundadas e as várias visões do Movimento podiam ser democraticamente de- batidas.

Comparecendo às escolas, às Zonais e à reunião am-

pliada, ela possuía os elemen- tos necessários para exercer o comando do Movimento. As decisões definitivas eram tomadas em Assembléia Geral da categoria. Assim, se processou o movimento dos professores durante o período da campanha salarial.

Cessado o movimento da greve, imaginávamos que as Zonais se constituiriam no ins- trumento que serviria de li- gação entre a direção do Sin- dicato e as escolas. Suas fun- ções seriam sindicalizar, divul- gar as atividades da entidade, manter contatos com os professores para que, em con- sonância com a diretoria, pudessemos iniciar a orga- nização nas escolas.

No entanto, o tempo nos mostrou uma realidade dife- rente. Os professores foram- se afastando, as reuniões es- casseando, o contato com a categoria se perdendo, tudo isso malgrado o esforço de alguns colegas. Dessa forma, elas, na prática, se extingui- ram, não cumprindo o papel que se esperava.

Na realidade, o que não entendêramos no momento após a greve, é que isso iria acontecer, pois as Zonais eram, exclusivamente, frutos

do movimento grevista. Elas representavam a expressão da mobilização dos professores de cada região, em torno da greve. Naquele instante, elas executavam as decisões to- madas pela diretoria do Sin- dicato e pelas Assembléias Gerais. Seus representantes eram indicados pelos profes- sores para organizar a greve e não para se transformar em representantes permanentes das escolas no Sindicato. Sua representatividade, sob este ponto de vista, cessa com o término da greve.

A falta de compreensão desses fatores fez com que, durante alguns meses, per- durasse uma situação fluída, onde alguns componentes de Zonais reivindicavam um poder decisório que não podiam ter, enquanto a maioria não se incorporava, de vez, ao trabalho sindical.

Entretanto, um problema persiste. E as pessoas que foram ganhas para o trabalho sindical? A elas está aberto o espaço de participação nas comissões. As comissões de jornal, cultural, de sindicali- zação, etc, têm que se di- namizar. Sua ação efetiva fará com que o Sindicato se cons- solide na categoria e que pos-

samos, então, avançar em nossa organização, estru- turando os professores nas es- colas. Esta tem que ser nossa política: criar, em cada co- légio, a representação dos professores junto à direção da escola e ao Sindicato.

Com essa conduta, es- taremos criando condições de avançar concretamente na democratização da nossa en- tidade, sem vacilarmos diante de propostas aparentemente democráticas.

As Zonais, durante o movimento grevista, são jus- tas e uma exigência no atual estágio de nossa organização. Porém, transformá-las num elemento permanente, sem a organização dos professores nos locais de trabalho, é criar um espaço que, apesar das boas intenções de muitos companheiros, será fatalmen- te antidemocrático e não representativo da categoria.

Isto se choca com o programa da Chapa 2, que tem dois pontos centrais: mobi- lizar e organizar a categoria e democratizar o Sindicato. Nesta tarefa estamos em- penhados de corpo e alma e só a categoria nos poderá julgar.

aprovação da lei salarial

arta-feira, 24 de outubro. Chegam dirigentes sin- de todos os cantos do país a Brasília para acompanhar a votação /no Congresso do projeto de reforma da po- licial pretendida pelo Governo.

na vinda a Brasília teve a fir. lidade de fazer pressão o projeto do Governo e obter a aprovação do sub- do MDB, elaborado por líderes sindicais e parla- assessorados pelo dr. Ulisses Riedel Rezende. Este no eixo garantir a livre negociação entre empregados gadores e pretende a revogação de toda a legislação cho salarial", promulgada após 64.

mesmo tempo seriam feitos contatos na área do do Trabalho para cobrar a suspensão das inter- nos sindicatos de bancários (Rio e Rio Grande do talgéricos (Ceará).

quinta-feira pela manhã, após contatos no Minis- Trabalho, foi realizada uma reunião com cerca de tentes sindicais, onde o projeto do Governo foi mais repudiado. De fato, ao reduzir as negociações à discussão entre empregadores e trabalhadores aumento de produtividade, fator nebuloso e insig- (para nós, professores, o que é produtividade?!); ar os reajustes salariais (semestrais) de acordo com lizados sem a interferência das entidades sindicais e ter toda a legislação restritiva dos direitos do tra- (liberdade contraual, direito de greve, etc), o não só pretende esvaziar a luta sindical como impor mais a tutela autocrática da ditadura onde deveria a liberdade de negociação coletiva entre patrões e ndos. A reunião decidiu:

formação de uma comissão de sindicalistas para com líderes da ARENA;

formação de pequenos grupos de dirigentes sindicais procurar e pressionar deputados, senadores da a, visando garantir sua presença na sessão e entregar- principais emendas ao projeto governamental pelos sindicatos (partes do substitutivo do

divulgação de uma carta à população denunciando o Governo, tanto no plano de política salarial como à reforma nari- de intervenções nos sin-

— que seria exigido em plenário pelo MDB a votação nominal da emenda prioritária, garantindo a livre negociação.

Antes da votação fizemos nova reunião com parlamen- tares do MDB. Os contatos da comissão sindical com os líderes arenistas haviam sido totalmente infrutíferos e ainda por cima dezenas de arenistas não iriam à sessão para im- pedir o quorum. Assim, o MDB não poderia solicitar vo- tação nominal quando melhor poderíamos identificar os reacionários antipovo, pois se isto ocorresse ficaria con- figurada a inexistência do quorum sendo suspensa a sessão e consequentemente o projeto governamental seria aprovado na íntegra por decurso de prazo.

Nessa medida com a rejeição certa por parte da ARENA (maioria no Congresso) para a votação do substitutivo do MDB, a única alternativa era tomar como base o substit- uto da comissão mista que havia melhorado o projeto original do Governo no que tocava à incorporação de tra- balhadores avulsos e sem data-base aos reajustes semestrais, e à perspectiva de unificação do salário mínimo, sem mo- dificar-lo em essência. Como protesto o substitutivo do MDB seria apresentado em plenário sob forma de emendas.

Como já era de se esperar, o substitutivo da comissão mista foi aprovado sem emendas nas sessões do Congresso, apesar dos protestos do MDB e dos líderes sindicais.

Assim, o Governo, através da ARENA, aprovou uma nova política salarial "em nome do interesse dos traba- lhadores", diante das galerias onde líderes de milhares de trabalhadores, que o Governo diz representar, tornam pública sua revolta e protesto.

Cada dia fica mais evidente o total divórcio entre a política do Governo militar e os interesses dos trabalhadores e do povo. Basta lembrar o outro golpe que a ditadura está pondo em prática: a dissolução do MDB, para dividir a oposição popular.

O movimento sindical perdeu apenas uma batalha. A luta continua pela liberdade de negociação coletiva, pela liberdade sindical e pelo direito de greve

Brasília, 26/10/79.

Ricardo Coelho

Da importância da consciência dos motivos da conduta

José Monreivi Ribeiro

"Não há nada mais importante e curioso na vida do que os motivos dos atos humanos" (Gorki)

Observando-se o recente movimen- to sindical do pessoal docente no Rio de Janeiro, nota-se, salvo melhor exame, que, pelo menos aparentemente, depois de cumpridas determinadas tarefas (reuniões, greves etc.) da luta pela atenuação das necessidades materiais da categoria, muitos profes- sores parecem inclinados a caminhar na busca de satisfação de suas neces- sidades espirituais (atualização de conhecimentos, lazer etc.), se bem que não seja este último o motivo principal de sua atuação, pois, como se sabe, as necessidades humanas estão deter- minadas pelas condições sociais de vida.

Os professores, como membros da classe trabalhadora de uma sociedade dividida em classes antagônicas, têm muito limitadas possibilidades no sen- tido de verem satisfeitas suas neces- sidades, tanto materiais quanto es- pirituais, sobretudo aquelas, das quais estas dependem. O contrário ocorre com os donos de estabelecimentos par- ticulares de ensino, componentes de classe dominante, detentora dos meios de produção.

Nesta visão dos acontecimentos em questão, entrevêem-se fortes vivências emocionais e carência de atitudes senti- mentais.

Emoções e sentimentos são vivên- cias que têm origem na realidade ob- jetiva: nos acontecimentos sociais, por exemplo. Mas, enquanto as emoções são vivências afetivas, que têm um caráter circunstancial, os sentimentos são atitudes constantes de caráter his- tórico.

Por aqui, pode-se vislumbrar, entre os membros de cada categoria, a

de seus atos no processo da luta sin- dical.

No caso da categoria econômica, patronal, segmento da classe domi- nante, seus elementos, em conjunto, adquirindo consciência dos motivos de seus atos, passaram a modificar sua conduta: unindo-se, tornando-se mais fortes, passaram a sustentar uma atitude, não de caráter circunstancial, afetivo, mas uma atitude constante, de caráter histórico, voltada para os in- teresses e os motivos individualistas e pessoais na atividade do trabalho, própria da sociedade capitalista: a competição, a ambição pelo progresso pessoal, a superação do outro; e não orientada para os interesses e os motivos pessoais, vinculados aos in- teresses sociais.

Quanto à categoria profissional dos professores, segmento da classe do- minada diretamente envolvida no em- bate e sem o apoio do Poder Público, seus membros, em conjunto, ainda carecem de maior consciência dos motivos de seus atos, a fim de que, vendo as coisas de modo diferente, modifiquem acentuadamente, sua con- duta: unindo-se, coesamente, os professores, a categoria será mais forte, passando a sustentar uma atitude, não de caráter emocional, afetiva, cir- cunstancial, mas sentimental, constan- te, de caráter histórico.

Os motivos da atuação humana são determinados pelas tarefas que o homem deve resolver, assim como as tarefas vêm determinadas pelos motivos.

Dai, a importância da orientação da categoria profissional no sentido de que nela se desperte a consciência dos motivos de seus atos e de sua própria

Aumento em novembro: não se deixe enganar

O Congresso Nacional aprovou, a 25 de outubro passado, o substitutivo da Comissão Mista que "dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências".

É indispensável que iniciemos um amplo debate em torno do real significado dessa Lei, verdadeiro emaranhado de artigos e parágrafos, taxas e índices, prazos e datas. O propósito de confundir o assalariado, impedindo-o de cotejar com clareza os dois números — aumento do custo de vida e aumento salarial — em torno dos quais gravitam sua angústia e suas preocupações, parece óbvio.

Mas não é só isto. A possibilidade — a probabilidade — do governo manipular os índices que fixarão os aumentos salariais semestrais é enorme. Não nos esqueçamos que no comando da política econômica nacional está o notório sr. Delfim Neto, o entusiasmado do arrocho salarial, o inventor do índice de 12% para a inflação de 1973.

E mais: é ostensiva a intenção de esvaziar o movimento sindical, retirando dos trabalhadores a sua principal arma de luta por salários menos escorchantes: A NEGOCIAÇÃO DIRETA COM OS PATRÕES.

No momento, porém, queremos apenas alertar o professorado da rede privada de que, de acordo com a citada Lei, nossos vencimen-

tos ficaram corrigidos, a partir de 01 de novembro último, de 22% sobre os salários vigentes em 01 de abril do corrente.

Como, nos termos do acordo celebrado com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º grau, a partir desta data nosso vencimentos foram reajustados em 56%, o cálculo que cada professor deve fazer para conhecer os seus novos salários resume-se a aplicar 22% sobre os vencimentos resultantes do referido Acordo. Assim, por exemplo, quem ganhava, em 1978, Cr\$ 5.000,00, passou, pelo Acordo, a ganhar Cr\$ 7.800,00 (Cr\$ 5.000,00 mais 56% de Cr\$ 5.000,00); a partir de 01 de novembro, passa a perceber mais 22% sobre Cr\$ 7.800,00 (22% de Cr\$ 7.800,00 — Cr\$ 1.716,00) totalizando Cr\$ 9.516,00.

Quanto aos professores de 3º grau, estando ainda pendente, no Tribunal Superior do Trabalho, o julgamento do Dissídio Coletivo, terão direito ao aumento de 22% aqueles cujo último reajustamento tenha ocorrido até abril do corrente ano.

Em caso de qualquer dúvida, pedimos aos companheiros que nos procurem no Sindicato. Lembramos, finalmente, que se aproxima a hora de encetarmos a campanha salarial de 1980, sendo portanto, oportuno que se comece desde já, a debater o assunto nas escolas.

A Diretoria

Aqui, nosso reajuste

Atenção! O reajuste de 22% é para todos os trabalhadores que tiveram seu último aumento em dezembro de 78, janeiro, fevereiro, março ou abril de 79.

Para um controle melhor das correções a que temos direito, vai a tabela abaixo:

CALENDÁRIO DAS CORREÇÕES E AUMENTOS

Se o seu último aumento foi em	Você tem direito a				Você tem o direito de negociar o aumento em
	1ª Correção		2ª Correção		
	MÊS	VALOR	MÊS	VALOR	
Nov 78	Nov 79	22%	Nov 79	INPC	Nov 79
Dez 78	Nov 79	22%	Dez 79	INPC	Dez 79
Jan 79	Nov 79	22%	Jan 80	INPC	Jan 80
Fev 79	Nov 79	22%	Fev 80	INPC	Fev 80
Mar 79	Nov 79	22%	Mar 80	INPC	Mar 80
Abr 79	Nov 79	22%	Abr 80	INPC	Abr 80
Maio 79	Nov 79	INPC	Maio 80	INPC	Maio 80
Jun 79	Dez 79	INPC	Jun 80	INPC	Jun 80
Jul 79	Jan 80	INPC	Jul 80	INPC	Jul 80
Ago 79	Fev 80	INPC	Ago 80	INPC	Ago 80
Set 79	Mar 80	INPC	Set 80	INPC	Set 80
Out 79	Abr 80	INPC	Out 80	INPC	Out 80

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor que exprime o aumento do custo de vida.

Sindicato prepara a nossa nova luta

O Sindicato dos Professores começa a preparar a campanha salarial do próximo ano, levantando dados para a elaboração de um anteprojeto de reivindicações. Mas, para que esse anteprojeto reflita as necessidades da categoria, é preciso que tenha informações básicas sobre a real situação do professorado hoje.

Para ter um quadro o mais próximo possível da realidade, estamos distribuindo, junto com o jornal, um questionário, solicitando informações sobre salários e condições de trabalho. É importante que você responda ao questionário e o

remeta, imediatamente, ao Sindicato (Rua Pedro Lessa, 35, 2º andar).

É importante lembrar que, aos ganhos de 79 — aumentos além do índice oficial —, somaram-se a mobilização da categoria por melhores condições de ensino. Os 56% obtidos, porém, não refletem a vontade e a necessidade do professorado, considerando a taxa de inflação e o aumento do custo de vida. Só com a participação e união da classe é que será possível obter as conquistas que consideramos justas.



Senai inicia sua campanha

Após a vitória obtida, no início do ano, em sua campanha salarial, os instrutores do SENAI retomam a luta por melhores salários.

A data-base da categoria passou a ser 1º de dezembro e, portanto, os companheiros já elaboraram sua proposta salarial.

Entre outras reivindicações, constam o reajuste de 75%, mais os índices oficiais de inflação correspondentes aos meses de outubro e novembro de 1979; gratificação

de 30% para professores que ministram aulas em cursos especiais; abono de férias no valor da remuneração mensal; anuênio de 5%; promoção anual de 40% do pessoal do Quadro Docente e estabilidade para os membros da Comissão Representativa da categoria.

A Assembléia Geral de 29 de setembro, que aprovou a proposta salarial, teve a participação de cerca de 70 instrutores, o que serviu para indicar a disposição dos companheiros do SENAI.

Contribuição é fundamental

Prossegue a campanha pelos 10% nas escolas. É preciso esclarecer malentendidos que estão aparecendo. A contribuição para o sindicato não é de 10% sobre o salário total mas, sim, sobre o aumento conquistado em 1979. E essa contribuição é feita só uma vez, e não mensalmente, como entenderam alguns professores.

Os 10% são de fundamental importância para o Sindicato, pois compõem nossa

que nossa campanha salarial para 1980 exigirá uma série de gastos com material de divulgação para os professores (notas, matérias pagas nos jornais, etc).

Diversas escolas já nos mandaram os 10%, cabendo destacar o Colégio Santo Inácio, do qual vieram, até agora, Cr\$ 53.392,00.

Procure conversar com os colegas que ainda não contribuíram para o Sindicato. A contribuição de cada um

Unidos Somos Fortes

Professor! Veja, aqui, reajustes salariais concedidos à categoria de 1964 até 79, simples observação do quadro abaixo mostra como se dá o reajuste quando os sindicatos estão impedidos de atuar, atos de força, e o que é possível conquistar quando trabalhadores, unidos, cuperam seus direitos de participação, para assegurar melhores condições para a sua categoria.

Em tempo, o reajuste de 65, como costuma afirmar o Ministro Delfim Netto, é fruto de um ano "atípico", ou seja, não serve para análise política salarial do Governo

O QUADRO

%		%	
1964 — 00		1972 — 22	
1965 — 80		1973 — 12	
1966 — 28		1974 — 17	
1967 — 25		1975 — 42	
1968 — 25		1976 — 42	
1969 — 23		1977 — 40	
1970 — 24,2		1978 — 35	
1971 — 20		1979 — 56	

Salário não paga feijão

A Lei de Reajuste Salarial baseia-se na fixação de reajustes no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Como todos nós sabemos, esses índices são sempre manipulados pelo Governo em prejuízo dos trabalhadores. Só para termos uma idéia da distância entre o que ganhamos nos supermercados e o que o Governo diz que ganhamos, publicamos a tabela abaixo, retirada do Boletim BAIM, de agosto de 79. Açúcar, colegas, no período de janeiro de 78 a agosto de 79, enquanto o salário mirou a subida 88%, os gastos com a primeira necessidade subiram 301,4%.

TABELA

PRODUTOS	1978	1979
Café (1k).....	48,80	12,00
Pão (200k).....	0,80	0,30
Leite (1l).....	2,50	0,80
Manteiga (1k).....	29,00	10,00
Feijão (1k).....	5,50	1,50
Arroz (1k).....	6,70	1,50
Açúcar (1k).....	2,30	0,30
Banha (1k).....	26,00	7,00
Oleo (900ml).....	7,50	4,50
Carne fresca, 1ª (1k).....	23,00	9,00
Carne fresca, 2ª (1k).....	17,00	7,00
Carne seca (1k).....	29,00	11,00
Toucinho (1k).....	25,00	7,00
Lombo (1k).....	24,00	6,00
Macarrão (1k).....	6,00	2,00
Sal (1k).....	1,50	0,50
Talharim (1/2k).....	3,90	1,00
Gás de cozinha (13k).....	45,80	10,00
Sabão comum (barra).....	2,80	1,00
Sabonete médio (100g).....	3,50	1,00

FORTALEÇA SEU SINDICATO SINDICALIZE-SE



SALÁRIO Jacobina

Liceu: estórias de abusos

Patrões se negam a cumprir dissídio. Relações de trabalho são alteradas unilateralmente. Intransigência

O Liceu da artimanha

A filantropia pode ser justificativa para o não cumprimento de acordos salariais! Para a Sociedade Propagadora das Artes e Ofícios, parece que sim, já que ela, há anos, se recusa, sistematicamente, a pagar os reajustes devidos aos professores por força dos vários dissídios. A desculpa é exatamente esta: Como a sociedade tem fins filantrópicos e luta contra a falta de recursos, não há condições de pagar os dissídios integralmente.

O espírito filantrópico não existiu, entretanto, quando a direção do Colégio, nos últimos três anos, aumentou as men-

favor, pagar o reajuste devido a partir de abril, porque nem isto vinha sendo respeitado.

Esta atitude do Liceu é inexplicável, na medida em que recebe subvenção estadual e diversas facilidades fiscais. Além disso, sua direção realiza, para conseguir mais recursos, cursos livres (pintura, fotografia, escultura) e já projeta até uma faculdade — tudo pago, porque a filantropia parece só existir para que o salário dos professores seja reduzido.

Este ano, a partir da intensa mobilização dos professores, um memorial com cerca de 200 assinaturas chegou à direção do



No Jacobina, menos dinheiro

Alteração unilateral das relações de trabalho, coação, intransigência patronal, descumprimento reiterado de compromissos e várias outras irregularidades, que chegaram, inclusive, a atingir o corpo docente. Eis a situação com que, há um ano, se defrontam os companheiros da Faculdade de Educação Jacobina.

Tudo começou em novembro de 1978, quando, verbal e sumariamente, a direção da Faculdade comunicou aos professores que, no próximo período letivo, instituiria o regime de tempo contínuo, pelo qual, além das horas ocupadas em sala de aula, os companheiros exerceriam outras atividades docentes extraclasses.

MANOBRA

Atrás de aparente vantagem havia, em verdade, manobra para baixar o custo/hora do trabalho do professor. Assim, os colegas, desde logo, deixaram claro que a aceitação eventual do novo contrato não implicava a aceitação de condições salariais lesivas e estipuladas pelos patrões, em desrespeito à lei.

Mas a direção manteve-se intransigente. Comprimi o salário real vigente no ano pas-

sado e nem sequer forneceu o texto contratual. Com o desfecho da greve dos professores de 3º grau, a Faculdade propôs reajustamento que só atingia dois dos quatro níveis da carreira, e, ainda assim, aquém do índice oficial.

Os professores não aceitaram a proposta e, com cobertura jurídica do Sindicato, conseguiram que, no dia 10 de julho, se instalasse mesa-redonda na DRT, da qual saiu comissão paritária, com o objetivo de estabelecer negociações diretas.

Nenhum resultado. A direção desconsiderou a Comissão. Seus representantes mantiveram a mesma intransigência. Os professores, já então, constituídos em Associação, decidiram, em assembléia realizada no dia 16 de julho, tentar o diálogo com a entidade mantenedora da Faculdade — a ASEP —, que, todavia, recusou, de plano, a tentativa.

OFENSIVA

Foi, então, que a Faculdade passou à ofensiva. No mesmo mês, e de surpresa, entrou com ação declaratória contra os companheiros. Mas, em setembro, o julgamento decidia pela

improcedência: os professores deveriam ser pagos, e não se poderia anular o contrato de trabalho.

O passo seguinte foi cobrar uma multa aos alunos, que chegaram a mil e mereceu um pedido de indenização. Em seguida, a Faculdade aceitou o regime contínuo, com os critérios de remuneração rejeitados; ou voltaria a carga horária de 15 horas, com um decréscimo na remuneração global.

Mas a Faculdade seguiu. E, assim, propôs ao Departamento Jurídico do Sindicato. No encontro realizado dia 2 de outubro, os representantes da direção manteve a sua posição. A custo, concordou em caminhar para esse modo a se deixar comentado, o que se deu.

Em vez de cumprir a promessa, o patrão e os companheiros não voltariam, todos, à carga horária de 1978, e a minuição dos salários partir de 15 de outubro, do professor.



salidades (como qualquer colégio particular interessado apenas no lucro) de Cr\$ 270,00 em 1977, para Cr\$ 600,00, este ano.

Também não há espírito filantrópico na rotina sistemática de demissões de professores em qualquer época do ano e sem justificativa, gerando um clima de apreensão e medo.

Não é à-toa que o Liceu de Artes e Ofícios hoje se vê às voltas com diversos processos na Justiça do Trabalho, tendo virado rotina as denúncias de seus funcionários e do próprio Sindicato. Este ano, a diretoria resolveu, como um grande

colégio, exigindo providências. Este memorial foi entregue por uma comissão que incluiu uma representante do Sindicato.

Depois de muitas proteções, para que pudesse estudar os termos do memorial, a direção da escola concordou em realizar uma reunião com o corpo docente do colégio e representantes sindicais, no dia 10 de outubro. Mais uma vez, desculpas a respeito do caráter filantrópico e da falta de recursos. Por isso, os professores do Liceu continuam mobilizados, junto com o Departamento Jurídico do Sindicato, para decidir os rumos a tomar diante da intransigência do colégio.

Abra a sua boca

Atenção, professores! A partir deste número, a Folha do Professor terá uma página dedicada apenas às denúncias. Mas, para que as reportagens retratem a situação de cada escola, os abusos cometidos, a colaboração de vocês é imprescindível. É escrevendo para o Sindicato, se dando o falar (claro que o seu nome será omitido, para evitar represálias), informando sobre as irregularidades, que você estará garantindo uma correta cobertura sobre o que acontece em sua escola. A página de denúncia depende de cada professor. Não feche os olhos e a boca. Garanta os seus direitos. Escreva. Informe.

Burlar leis é com SENAC

A criatividade do SENAC parece não ter limites... principalmente quando se trata de burlar as leis trabalhistas. É que o SENAC conseguiu transformar as denúncias das violações das leis trabalhistas, que constam do processo de fiscalização e atuação, em um processo de "Orientação", como se a entidade fosse uma pequena empresa que desconhecesse os direitos de seus professores e instrutores.

Mas o SENAC não pode desconhecer direito nenhum! Isto porque ministra cursos

balhista e tem em seu quadro pessoal altamente qualificado no setor (alguns são até servidores do Ministério do Trabalho).

Moral da história: só mesmo a categoria é que pode defender de modo apropriado os seus direitos e denunciar entidades como o SENAC, que além de tudo mantém as irregularidades com relação ao salário dos professores e instrutores e apresentou um Plano de Classificação de Cargos que não atende aos interesses dos empregados.

UGF ataca outra vez

A Universidade Gama

as relações dentro reitoria chama de "nidade da EGF". Serviço de Contratação Social, cujo objetivo é afastar o Sindicato da Universidade.

O tal Serviço de Contratação Social, segundo fletido distribuído na servir de canal direto professor e a reitoria, você, como desejamos, cisar, sugerir, informar, informado e até tudo.

A categoria não deixar enganar por manobra. O que precisa dividir o professor e o ginalizar o Sindicato por melhores condições

OXFORD Curso ameaça Professora com a polícia

Professor demitido não pode nem fazer visita. Nas salas, aparelhos de escuta auxiliam a repressão.

dois anos e meio no Curso Oxford, a Maria Elizabeth foi demitida. Mas, teve de passar por lá com as amigas. Na mesma hora recebeu uma carta do curso, mandando a sua "interdição" e ameaçando a polícia, em caso de "insubordinação".

Maria Elizabeth, o funcionário considerado "perigoso" nem causa problema porque, no dia seguinte, o professor é encarado como ameaça em potencial, que trata toda a situação de forma policial.

LICENÇA
No dia 10 de maio deste ano, a professora pediu licença remunerada de sete dias, por motivo de saúde, e recebeu, um mês depois, uma resposta negativa.

Logo depois, então, a professora pediu licença pelo INPS, apresentando um atestado médico. Mas, depois, soube que meu atestado não fora aceito, e fui obrigado a retomar o trabalho com Maria Elizabeth.

No curso decidia-se adiando sempre a licença. Passados 20 dias, Maria Elizabeth recorreu ao Sindicato, que lhe deu uma carta de ir ao curso com licença, pois sua situação poderia ser usada para uma justa-causa, por motivo de emprego. Ela, então, manteve sua licença, na sala dos professores, até que dois dias depois, foram pedir que eu

o curso decidia adiando sempre a licença. Passados 20 dias, Maria Elizabeth recorreu ao Sindicato, que lhe deu uma carta de ir ao curso com licença, pois sua situação poderia ser usada para uma justa-causa, por motivo de emprego. Ela, então, manteve sua licença, na sala dos professores, até que dois dias depois, foram pedir que eu

presença tinha recebido seu "atestado", e concluiu que sua doença — depressão — era muito grave, incapacitando-a para o trabalho. Maria Elizabeth tentou falar com o médico e com o advogado do curso, mas "estavam muito ocupados."

Resolveu, então, entrar na Justiça. E ganhou. O curso teve que entrar em acordo e pagou seu Fundo de Garantia. Dias depois, uma visita de cinco minutos, no intervalo das aulas, a duas professoras do curso, foi classificada de invasão e valeu-lhe uma ameaça: se voltasse, seria expulsa pela polícia.

ESPIONAGEM

Segundo Maria Elizabeth, o professor é controlado desde que entra para o curso. Recebe logo um programa e um regulamento, que ficam junto ao seu fichário. Ao mesmo tempo, é avisado que deve chegar 15 minutos antes da aula começar, e bater cartão. A partir de 12 minutos de atraso, já será descontado. Faltas, só justificadas pelo INPS.

Da mesma forma, o programa do curso é inteiramente feito pela diretoria, sem interferência do professor. Os livros adotados, editados pelo curso (muitos são batidos à máquina), custam mais caro do que livros importados, "coisa que os alunos reclamam muito", segundo a professora.

A proibição de falar de sexo, política ou religião é um dos itens do regulamento. Para controle, há aparelhos de escuta nas salas de aula. "Professor também não pode parar no corredor para falar com aluno."

NAMORO DA DEMISSÃO

"Uma vez", conta Maria Elizabeth, "fui advertida porque minha blusa estaria transparente. Também não permitiam que as pessoas fossem trabalhar com lenços na ca-

beça, diziam que não ficava bem."

Professoras grávidas, segundo Elizabeth, não são bem vistas pela diretora, segundo a qual, "mulheres, neste estado, ficam muito sensíveis, prejudicando as aulas." "No dia em que você engravidar", teria dito a diretora a uma professora, que sofria contínuo inquérito sobre uma possível futura gravidez, "será o seu funeral".

Os professores mais antigos ou com maiores salários acabam por ser demitidos. Uma professora foi demitida por ter uma doença considerada prejudicial: desvio na coluna. Outra, uma inglesa, porque ganhava muito — era "anti-econômica".

Não é permitido namoro entre os professores. Uma diretora que namorou um diretor de outra filial recebeu um aviso de que tinha sido demitida. Motivo: atraso dentro dos 15 minutos e sua vida pessoal. A professora foi recebida pelo porteiro, que lhe entregou suas sacolas e proibiu-lhe a entrada.

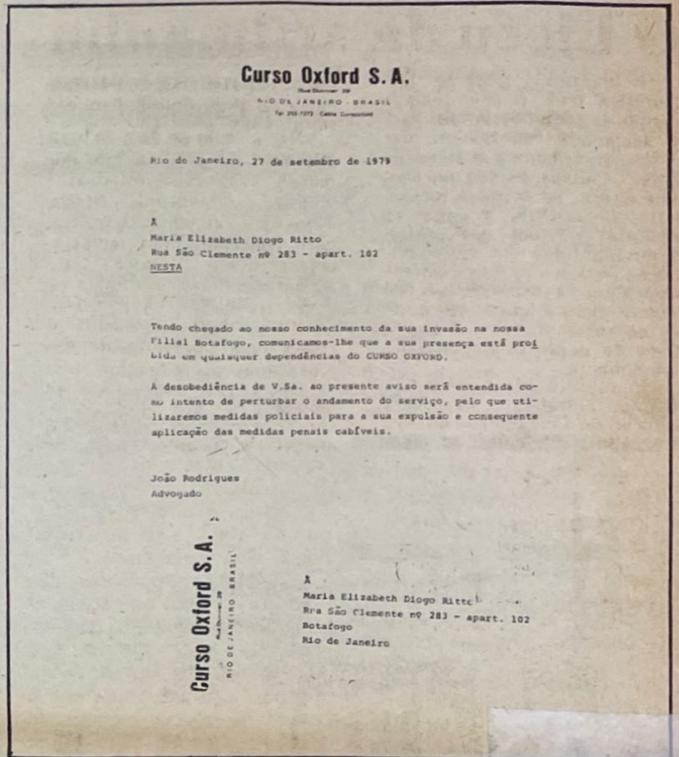
REPRESALIAS

Antes da greve, ninguém sabia o salário de ninguém dentro do curso,

"Quando a gente chega no curso", explica Elizabeth, "a primeira coisa que dizem é: olha, o seu salário é um dos maiores, não comente isso. Há todo um clima de sigilo. Até usávamos nomes de guerra. Professor Dias virava Mr. Day, por exemplo."

Mas, na época da greve, criou-se um grupo dentro do Oxford para discutir a situação e participação de cada um. E os professores começaram a descobrir o salário uns dos outros: disparidades, falta de critérios, antigos recebendo menos do que novos, etc. E o curso não gostou.

Depois da greve, nove desses professores foram demitidos.



"Nada a declarar"

"Teremos imenso prazer em recebê-los", disse o advogado do Curso Oxford, Dr. João Rodrigues, ao ser procurado pela Folha do Professor, para falar sobre o caso da professora Maria Elizabeth Diogo Ritto.

Foi com igual gentileza que, dias depois, recebeu a repórter — não sem antes pedir-lhe que mostrasse sua identidade. E a entrevista versou sobre assuntos diversos. Perguntando à repórter se estava a par do último dissídio dos professores, Dr. João

declarou-se solidário. Demonstrou interesse pelo jornal do Sindicato.

Quanto ao caso da professora Maria Elizabeth, disse não ter muito a declarar. "Ela é pessoa *non grata* no curso, a quem a empresa não admite por razões que ela mesma conhece. Evidentemente, quando a empresa toma esta medida, tem respaldo."

E ofereceu-se para dar qualquer informação a respeito do assunto, desde que tenha "interesse jornalístico".

Incrível! Escola adota Piaget e cassa alunos

Várias crianças — entre três e cinco anos — tiveram sua matrícula na Escola Experimental Jean Piaget, no Méier, negada pela diretoria da Escola, em outubro. Os pais, surpresos de início, logo perceberam uma coincidência: todas as crianças discriminadas eram filhas de membros da Associação de Pais de Alunos.

No dia da matrícula, a secretaria reagiu à insistência dos pais em saber as razões da proibição, chamando a polícia. "Se a senhora estiver se sentindo ameaçada", teria dito o cabo da patrulha chamada, "vã dar queixa-crime na

delegacia, pois não foi configurado delito".

O motivo da discriminação das crianças, segundo Márcio Paes Leme, vice-presidente da Associação de Pais, não ficou ainda muito claro. Ele conta que a Associação surgiu de um grupo de pais que, em maio deste ano, resolveu se reunir, após receber uma circular da escola comunicando um novo aumento nas anuidades.

"Como já houvera aumento em 1979, após o reajuste salarial dos professores, dirigimo-nos ao Conselho Estadual de Educação, para nos certificarmos da sua legalidade.

A diretoria da Escola soube que seria chamada ao CEE para esclarecimentos; e, logo depois, comunicava a suspensão do aumento."

Foi este mesmo grupo que resolveu criar, mais tarde, a Associação de Pais de Alunos da Escola Experimental Jean Piaget, cujo presidente ficou sendo o senhor Vigilio Braga Barreiros.

"De início, a diretoria nos recebeu muito bem. Inclusive, nossos estatutos foram divulgados através das cadernetas das crianças. Mais tarde é que notamos que estávamos sendo indesejáveis para a Escola."



Piaget, a Inteligência Humana e a Sociedade

Ana Szapiro

"O indivíduo é essencialmente social. Ele o é, não por consequência de contingências exteriores, mas por consequência de uma necessidade íntima: ele o é geneticamente."

Esta afirmação reflete a essência do pensamento de Henry Wallon, um dos maiores psicólogos de nossa época, que buscou construir uma teoria sobre o desenvolvimento da criança lutando contra as concepções positivistas no interior do conhecimento. E Wallon foi, coincidentemente, um dos maiores opositores a Piaget, a quem todos os educadores de nosso país reservam um justo lugar de honra mas que, todavia, o fazem, na maioria dos casos sem exercer uma crítica mais de fundo.

Tomemos aqui um dos aspectos particulares da teoria piagetiana, aquele onde se coloca claramente a posição

A criança ao nascer não pensa; ela age, age sobre os objetos

desse autor quanto às suas concepções da natureza da relação indivíduo versus sociedade, expressa na sua forma de explicar o processo de socialização da criança.

Se, relativamente ao desenvolvimento da inteligência, Piaget o explica a partir, principalmente, do fator de "equilíbrio", mostrando que a evolução se processa na busca de estruturas mais equilibradas, possibilitando uma adaptação do sujeito ao mundo cada vez melhor, este mesmo fator (de equilíbrio) será também chamado a explicar o desenvolvimento social e emocional.

De saída, cabe indagar até que ponto é possível pensar no

desenvolvimento da inteligência a parte de todos os outros aspectos da totalidade humana? Piaget, quando explica o desenvolvimento da socialização, o faz no sentido de pensá-la nos mesmos moldes do desenvolvimento da inteligência. Se no plano cognitivo, o processo converge

Basicamente há uma indiferenciação entre o "eu" e o meio social

para as estruturas lógico-matemáticas de conhecimento que representam a estrutura de todos os realizáveis e possíveis, a emoção e a socialização acompanham necessariamente o mesmo desenvolvimento, exatamente da mesma forma. Destino previamente traçado, o homem deve, sem dúvida alguma, à sociedade um papel de estímulo esse desenvolvimento, acelerando-o ou, no caso inverso, dificultá-lo retardando-o. Mas, a direção está dada. Se não, vejamos:

A criança, ao nascer, não pensa. Ela age, age sobre os objetos. A aquisição do pensamento representativo e a conquista da função simbólica, marcam uma nova etapa na qual a socialização assume a forma daquilo que Piaget chama "pensamento egocêntrico". Há "confusão inconsciente entre o ponto de vista próprio e o dos outros". Basicamente, há indiferenciação entre o "eu" e o meio social. O jogo simbólico, onde a criança constrói a realidade em função dos seus desejos, representa a forma mais individualizada do "pensamento egocêntrico".

É no período do pensamento operacional concreto e formal que a criança vai atingindo os mais desenvolvidos níveis de socialização, tornando-se assim, cada vez mais equilibrada.

Através da troca e da cooperação crescentes a criança chega a construir relações não mais centradas no seu ponto de vista, mas baseadas na igualdade e na reciprocidade entre os membros do grupo social. E assim, no último período operatório normal à total reversibilidade operatoria corresponde a total reversibilidade das relações sociais. Para Piaget, tanto as atividades dos sujeitos sobre os objetos, como as atividades dos sujeitos uns sobre os outros, "reduzem-se a um só conjunto no qual o aspecto social e o aspecto lógico, são inseparáveis, na forma e no conteúdo".

Algumas indagações são necessárias aqui. Partindo da hipótese de que seja possível trabalhar a dimensão cognitiva do sujeito em separado do plano afetivo-social, hipótese a qual particularmente

Para Piaget, o social e o lógico não se separam na forma e no conteúdo

achamos inaceitável, restariam, ainda assim, sérios problemas.

Inicialmente, o que seria o "egocentrismo" de Piaget? Um pensamento centrado no ponto de vista do sujeito, certamente. Mas, se, segundo o próprio Piaget, o que há de início é indiferenciação entre o "eu" e os outros, como falar de egocentrismo? Melhor dizendo: como aceitar o ponto de vista do sujeito predominando em seu pensamento se ainda não se constituiu o

sujeito? Ou será que Piaget concebe, na verdade, um sujeito constituído a priori, filiando-se, assim, aos idealistas do conhecimento?

Mas isto não é o mais grave. O homem, no seu desenvolvimento, caminha, segundo Piaget, do mais extremo individual para a co-

A análise piagetiana abstrai a sociedade enquanto sociedade

letivização ulterior, seguindo o mesmo modelo do desenvolvimento cognitivo. Outras questões aqui se colocam: é possível correspondência tão exata do processo de socialização com o desenvolvimento do pensamento lógico? E as contradições vividas pelo sujeito na sociedade? Como entender esse processo tão linearmente e aplicar o mesmo modelo num e noutro domínio?

A análise piagetiana abstrai a sociedade enquanto tal, pensando as relações do homem apenas ao nível dos objetos, colocando-se à margem das condições vividas pelos homens nas suas relações interindividuais.

Por isso Piaget é bastante explícito ao recusar-se "a acreditar que a sociedade ou a vida social (grifo nosso) sejam conceitos suficientemente precisos para serem empregados em psicologia".

Paralelamente, recusa-se também a admitir que a lógica dialética seja inteligível na explicação do desenvolvimento das estruturas mentais. Diz textualmente Piaget: "No plano do desenvolvimento

cognitivo... a tese de equilíbrios ou contradições inerentes aos próprios teres de pensamento difícil de sustentar, menos no estado atemporal, pois que não se seguiu chegar até o momento de fornecer uma elaboração "lógica dialética".

Não por desconhecimento é evidente, mas por já tomadas, uma análise xista; é estranha à forma do autor. O meio social como já dissemos, reduz a simples relação criança-objetos, pensando-se o ambiente humano.

Na raiz do processo socialização está, na verdade, a visão de que o homem constitui num ser social final de um processo de compreensão de que o homem é, como diz Wallon, essencialmente social. Assim, constrói uma teoria que visa a uma explicação do desenvolvimento dos indivíduos quanto ilhas isoladas de tradições em que estão ou não Piaget) colocadas de maneira permanente e historicamente.

Cabe indagar que "pécie" está mais vinculada dependente das demais.

O meio social é reduzido à simples relação entre a criança e os objetos

de o nascimento, do que a pécie humana? Que criança ao nascer sobrevive orgânica afetivamente senão a necessária ligação com a sociedade, representada pela família desde o primeiro momento da vida?

"Ler" dá desconto

O Sindicato e a Livraria Ler — Livrarias Editoras Reunidas Ltda. — estabeleceram convênio beneficiando os associados com descontos de 20% sobre o preço de livros estrangeiros e 15%, sobre o de livros nacionais. Para ter direito a esses descontos, basta apresentar a carteira de sócio na Rua México, 31 — sobreloja.

Você quer
Receber Nosso
Jornal Em Casa?



Então mande-nos o seu nome, endereço e profissão.

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ ESTADO: _____

CIDADE: _____

PROFISSÃO: _____

Professores definem sua luta

O debate do sistema educacional brasileiro e o reajuste salarial da classe foram definidos pelos professores de Curitiba como as lutas prioritárias da categoria, naquela cidade, após reunião durante a Semana do Professor.

Foi realizado inicialmente um "Seminário de Educação e Classes Trabalhadoras", pois a principal preocupação era discutir o problema das classes menos privilegiadas dentro do sistema educacional. Deste ponto de vista, uma abordagem sobre o tema "Educação e Cultura Popular" considerou o sistema nacional de educação elitizante e classista, ajustado a uma realidade nacional voltada para interesses externos, e cujas relações educacionais são marcadas pelo autoritarismo.

Dois dias de estudo foram dedicados ao tema "Delimitações para uma Política

Educacional", após os quais foi decidido que seria tirada uma "Carta-Programa de Educação, Nacional, Democrática e Popular".

A discussão do reajuste salarial foi o prosseguimento de uma campanha já iniciada em agosto, a partir de assembleias realizadas em algumas cidades do Estado, e de um questionário passado para toda a classe. Este questionário forneceu subsídios para a elaboração de um extensivo documento comparativo sobre os salários do magistério, o custo de vida e a inflação.

II Semana de Educação da UFRJ

Os alunos do Curso de Pedagogia da UFRJ, representados pelo CAED — Centro de Atividades da Educação, realizaram de 5 a 9 de novembro, a II Semana de Educação da UFRJ.

Os temas dos debates foram: "A Influência dos Meios de Comunicação na Formação da Criança", "Professorado e suas Funções", "Política Nacional Brasileira", "Educação como Controle Social", "Escolas Experimentais e Realidade Brasileira".

Estiveram presentes representantes do Sindicato dos Professores, ADADUFRJ, além das sociólogas Moema Toscano e Madalena de representantes das educadoras montessoriana e piagetiana dos professores Lúcia M. Bayard Boiteux e outros como a UEE, DCE Mário e outros.

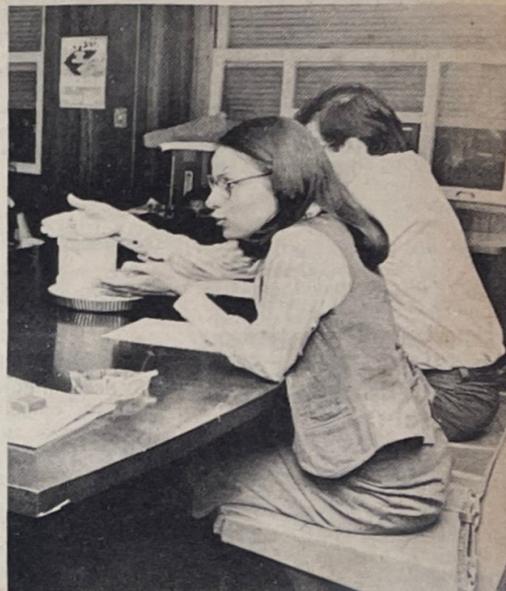
O Encontro, segundo seus participantes, abriu espaço para maior entrosamento entre os alunos, além de contribuir para despendidos para o questionário do ensino atual.

O oprimido se educa em Moçambique

será a pedagogia do oprimido, de que tanto os clássicos de Paulo Freire e de que tanto nós mesmos, ao criticarmos o ensino e as práticas de educação usadas no Brasil? Como um oprimido pode, a partir de determinado ponto, passar a criar sua própria educação? Respondidas a estas perguntas nos foram dadas na obra que os professores Daniel Aarão Reis e Yessin Ramos fizeram no dia 9 de novembro no plenário do Sindicato, superlotado. Ele, ex-diretor do Caco e da Ume. Ela, ex-diretora do

Caco. Ex-banidos, que regressaram ao Brasil, beneficiados pela anistia, depois de passar quatro anos como professores da Universidade de Maputo, em Moçambique, eles fizeram um relato de como o povo moçambicano está construindo sua educação, a educação dos oprimidos, depois de se libertarem do opressor. Aqui, apresentamos um resumo do que foi a palestra de Sônia e Daniel, uma das palestras mais concorridas dos últimos tempos, que contou, além da brilhante exposição, com uma participação do

plenário, poucas vezes vista. O resumo obedece à mesma divisão dada pelos conferencistas: "Como era a educação antes da libertação; como a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) enfrenta o desafio da educação do povo; prioridade 1 das tarefas de libertação, e quais as contradições observadas nesse processo. Uma visão, como bem destacou o professor Daniel, que não é "eufórica, nem cor de rosa da revolução moçambicana, mas sim uma visão de luta, de tensões, de permanente trabalho de libertação,



educação antes

da independência, conquistada em setembro de 1975, a educação em Moçambique se dava de duas formas: pelo sistema formal, informal e oral, passado através das gerações, e o sistema próprio do colonizador, dos colégios religiosos e particulares. O sistema tradicional tem seus aspectos positivos. Através deles, práticas de produção e as manifestações culturais do povo são transmitidas. Entretanto, apesar desses aspectos, que a revolução moçambicana procura resgatar — durante a colonização, os portugueses desprezaram — há deformações nesse método, em especial a discriminação contra os jovens e as mulheres. Ele é vertical, autoritário e termina por transmitir a ideologia dominante, gerando críticas e anseios de mudança.

O ensino institucionalizado atingiu apenas uma minoria do povo moçambicano, dedicando-se mais aos filhos dos colonos e a alguns quadros da pequena burguesia negra. Sua característica era a personalização, levando, "cientificamente", o habitante local a valorizar apenas os valores do colonizador.

O objetivo era transformar o moçambicano em português, o filho do colonizador em aspirante a burguês.

Os alunos decoravam a geografia de Portugal, incluindo as esferas meridionais entre Lisboa e o Porto. Mas, para o seu país, Angola, Guiné — Bissau, os livros didáticos reservavam apenas três páginas. Nas missões rurais, a igreja cumpria o mesmo papel e, quando os alunos indagavam por que os padres e freiras diziam que era branco e o Diabo preto — o colonizador acrescentou mais um elemento discriminatório — a repressão o afastava, imediatamente, da escola.

Assim como em toda sociedade capitalista, em Moçambique os fatores econômicos era fatores determinantes da seleção, para que os alunos bem dotados de berço pudessem galgar alguns degraus na vida escolar.

Quando ingressava na Universidade se restringia ainda mais já que, nos testes de "competência", o aluno precisava provar sua capacidade de "civilizado": cantar o hino português à perfeição, dormente, de pijama, e nunca cuspir no chão. Para que as autoridades educacionais pudessem fiscalizar a vida do aluno, ele precisava apresentar um documento, autorizando a polícia a invadir sua casa e verificar, realmente, obedecia as regras.

Assim, assim, a figura do **assimilado**, testa-de-ferro nativo do sistema do colonizador. Ele falava com correção o português, não se envergonhava de seus costumes e de sua língua.

O currículo, para permitir a aculturação, tinha peculiaridades, ensinava História do Brasil só até 1821, para que os nativos não tivessem a impressão que uma colônia portuguesa havia conquistado sua independência. A História Geral ia apenas até o século XVI, para que não se gloriassem as glórias portuguesas "fossem contadas".

Assim, assim, o individualismo e o espírito de competição. A educação era marca de poder. Os pais orientavam seus filhos para as profissões mais lucrativas e não para as mais necessárias ao corpo do povo. Afinal, estou falando de Moçambique ou do Brasil? — pergunta Sônia Ramos,

O que se faz hoje

Este foi o quadro educacional encontrado pela Frelimo ao assumir o controle do Estado moçambicano.

Seu projeto educacional se baseou em dois textos: "Fazer da Escola Uma Base Para o Povo Tomar o Poder", ainda na fase da luta contra os portugueses, onde se propunha uma escola igualitária, e um discurso formulado pelo presidente Samora Machel logo no início de seu governo. Por eles, a Frelimo traçou as metas para a construção de uma educação moçambicana: democratizar a escola, pela nacionalização de todo o ensino privado e pela organização de um sistema educacional único; multiplicar e interiorizar as escolas; dar prioridade absoluta à alfabetização. Como a Frelimo considera a revolução, a efetiva tomada do poder pelo povo, de maneira consciente, só a considerará alcançada quando o problema educação estiver solucionado. Eles têm consciência de que "uma verdadeira independência só se dará quando houver uma verdadeira ruptura com o passado colonial e com o passado/presente burguês".

O trabalho de promover a educação das amplas massas já deu resultado. Se os negros eram absoluta minoria nas escolas e na Universidade, hoje já são maioria. Mas os quadros que ensinam e ainda estudam na Universidade são os da pequena burguesia negra, que pouco lutaram na guerra de independência. Assim, pode-se dizer que, em Moçambique, se fez a revolução nacional, estando por se cumprir a revolução popular.

Há uma carência de recursos materiais. Mas os moçambicanos entendem que a obstáculo estrutural não é o decisivo. Este é o elemento humano — quem aprende a ensinar. Daí, a criação de cursos especiais para a formação profissional e política dos educadores, ministrados pela Universidade de Maputo, conciliando teoria e prática. Os professores estudam, sem trabalhar, durante um ano. Depois, vão para o campo, dar aulas de primeiro grau por dois anos. Daí, voltam à Universidade, para mais um ano de estudo, e regressam ao campo para ensinar em séries mais avançadas por outros dois anos, e assim, sucessivamente. Com isto, o professor aprende, desta o que aprende, é testado, continua aprendendo e replica esta teoria na prática. A Universidade também é testada a partir da experiência dos professores, sendo forçada a reavaliar, permanentemente, seus currículos.

As profissões são escolhidas a partir da necessidade social, para cumprir o programa de construção nacional. Os alunos declaram suas opções e procura-se casar a aspiração do indivíduo com a necessidade da sociedade, tendo como prioridade a superação.

Uma das metas da Frelimo, na tentativa de superar as contradições entre teoria e prática, elite dominante do saber e o conjunto do povo, trabalho intelectual e trabalho manual, é a conciliação e interligação de estudo e produção, pelo menos do ensino secundário em diante, para que o país assumira sua realidade, que não pode dispensar o trabalho de cada um.

As contradições

A educação, em Moçambique, é uma das frentes mais importantes da luta de classes. O poder político é exercido por quem detém o **controle do saber**, que ainda é uma ínfima minoria. É necessário generalizar a educação, para que o povo passe a exercer, efetivamente, o poder. E, não, substituir um dominador por outro. Isto porque, apesar do campesinato ter carregado nos ombros a luta de libertação, é a pequena burguesia urbana, que pouco lutou contra os portugueses, que controla o saber.

Outro problema a enfrentar é a necessidade imediata de quadros. Dos professores secundários existentes antes da independência, apenas 14 eram moçambicanos. Os demais saíram do país. É preciso formar bons e muitos quadros.

A dimensão da tarefa a ser cumprida é enorme. Um exemplo prático e dramático é a prioridade número um do programa de alfabetização: alfabetizar os deputados eleitos pelas assembleias populares. Um obstáculo é que, há cerca de 11 línguas principais no país, todas representando diferenças regionais dos diversos povos que compõem a nação moçambicana. Nenhuma delas, por isto, pôde ser escolhida a língua nacional. Além disso, também não têm forma escrita — dar esta forma às línguas é uma das tarefas posteriores da Frelimo. A língua nacional escolhida foi o português, que tem a vantagem de ser língua do colonizador vencido pela força das armas. Mas isto significa alfabetizar todo um povo em língua estrangeira, o que representou um obstáculo à implantação do método Paulo Freire em Moçambique, levando à criação de um método próprio.

Outra contradição a enfrentar é a forma de encarar o ensino tradicional. É uma questão complexa que ainda não tem uma linha de ação definida. Alguns administradores querem destruí-lo, arbitrariamente, gerando tensões e resistências. Outros tentam, pessoalmente, modificar essas manifestações tradicionais, no sentido de aproveitá-las dentro dos princípios democráticos e igualitários da Frelimo.

A reformulação dos currículos esbarra no elemento humano, especialmente nos que, servindo à reação, tentam esquivá-la. Um padre-professor, por exemplo, dizia aos alunos que a Frelimo ensinava que o homem descendia do macaco, mas que Deus é quem tinha criado o homem. Assim, a concepção materialista da evolução da espécie era torpedeada e simplificada, reduzida a uma frase dos colonizadores: "todo negro nasceu do macaco".

A palestra de Daniel Aarão Reis e Sônia Yessin Ramos mostrou, fundamentalmente, que a criação da educação pelo povo moçambicano é uma tarefa gigantesca, difícil, tensa e de muita luta. Uma luta que encaram de forma otimista, já que, progressivamente, este povo vai construindo não só sua educação, mas sua própria dignidade coletiva e individual. Como falou a Ministra da Educação à primeira turma de professores formada depois da independência: "Vocês são poucos, mas são nossos".

Mas por que morreu Santo ?

"Queremos, Senhor, pedir que, em nossas vidas, continue a vida e a luta de Santo. Eles nos exploram. Nós reivindicamos. Eles roubam nossos salários. Nós fazemos greve. Eles nos silenciam. Nós ocupamos as ruas. Eles nos assassinam. Nós irrompemos em multidão."

Catedral de Sé. Dia 1º de novembro. Um coro emocionado de mais de 10 mil pessoas repete as palavras do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. Três dias depois de iniciada a greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, ali se celebrava a missa de corpo presente do operário Santo Dias da Silva, assassinado à queima-roupa por um policial da ROTA 220, quando participava de um piquete em frente à Fábrica Silvânia, em Santo Amaro.

A violência da repressão marcou os quase dez dias de greve dos metalúrgicos paulistas. O assassinato de Santo revelou ao público um dos seus momentos mais dramáticos, mas não foi

um fato isolado, como alguns tentaram fazer crer. A intimidação, atingindo uma categoria já pouco mobilizada, o espancamento, as prisões, invasões, se repetiram durante todo o movimento.

Para a reivindicação de 83% de aumento salarial a única resposta foi a violência, que chegou ao seu ponto máximo com o assassinato do líder metalúrgico. Com os protestos que esta morte provocou em todos os setores da sociedade, a repressão chegou a retroceder. Mas, dias após o enterro de Santo, a polícia voltou a agir, levando os trabalhadores a um recuo. No dia 6 de novembro, policiais da ROTA invadiram a Igreja do Socorro, em Santo Amaro, arrombando portas, espan-

cando e ferindo operários, padres e jornalistas. Fred José Rezende, um dos feridos, resumiu assim o ataque: "Eles não estavam preocupados em prender ninguém, mas em espancar e destruir tudo." No mesmo dia, o Secretário de Segurança de São Paulo, Otávio Gonzaga Júnior, negava a invasão e reconhecia que o reativamento do aparelho repressivo atendia a um pedido das empresas.

A greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos chegava ao fim. A desmobilização da categoria, a violência policial, a decretação de ilegalidade do movimento e a negativa dos patrões a um acordo com os trabalhadores foram suas pás de cal.



O porquê do fracasso

Severino Alves da Silva

Outra greve fracassada, para maior descrença dos trabalhadores e frustração do movimento sindical. É preciso pôr um parêntese nessas experiências aventureiras. O que se viu, quart.-feira, na assembleia dos metalúrgicos de São Paulo, foi a maior prova do desastre a que estão conduzindo os movimentos reivindicatórios. Uma direção sindical abatida moralmente não teve pulso para dirigir a massa de trabalhadores e evitar os atos provocativos. Por isso, ela pode ser considerada culpada pelo fracasso dessa greve.

Ela, juntamente com os grupos de oposição, nada afinados com o sentimento dos trabalhadores. A diretoria do Sindicato revelou-se incompetente para assumir a greve, e saiu pela tangente, largando sua coordenação e direção nas mãos dos opositores. E estes não se entendem: engalfinham-se por questões políticas que nada têm a ver com as reivindicações dos trabalhadores. Um movimento iniciado mal, terminou pior: seus pretenso dirigentes não tiveram sequer a hombridade de bater-se por uma saída honrosa, impedindo que os trabalhadores voltem ao trabalho

de cabeça baixa, humilhados e batidos economicamente.

Tem que haver uma condenação veemente aos grupos opositores comprometidos com interesses contrários aos dos trabalhadores. Eles desmoralizaram a greve como instituição — essa única e real arma dos trabalhadores. E quem beneficiaram com isso? Evidentemente que o governo e os patrões. O governo, que estava preocupado com o avanço da organização da classe trabalhadora, certamente agora suspira aliviado, porque encontrou quem se dispusesse a cumprir o triste papel de carrasco dessa organização. E não se pode dizer que tenham desempenhado ingenuamente tal papel. Afinal de contas, são elementos política e ideologicamente engajados e que, por isso, devem saber o que fazem.

O que se constata, na verdade, é que esses grupos se deixam conduzir pelas suas paixões políticas exacerbadas. Querem a greve pela greve, e insistem em que os trabalhadores os acompanhem em suas aventuras. O momento, a disposição de luta dos trabalhadores, condições políticas reais — nada disso é levado em consideração. Os trabalhadores, quando vão à greve,

não o vão por esporte. Entram na briga por reivindicações prementes e muito palpáveis: os salários. E com o sentimento dos trabalhadores não se brinca, muito menos a greve deve ser instrumento dos objetivos políticos fantasiosos desses grupos.

O movimento sindical autêntico, que vem queimando pestanas no sentido de contornar as medidas arrochantes e repressivas adotadas pelo governo contra os trabalhadores, não pode admitir que esses grupos prossigam solapando seu trabalho. Os trabalhadores, que se organizam para lutar de acordo com seu grau de consciência, devem ser alertados sobre a ação destruidora desses grupos. É preciso cuidado com suas táticas de envolvimento e palavreado radical.

Nem sempre a pichação e as fortes expressões contestadoras são a melhor maneira de se organizar e lutar para resistir às investidas do governo contra a classe operária. Por aí, a vaca pode ir para o brejo, como foi agora, até os cornos, com essa greve dos metalúrgicos de São Paulo.

Severino Alves da Silva é secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

(transcrito do Jornal da República do dia 3 de novembro)

Líderes sindicais reavaliam greves

A greve é um legítimo instrumento de pressão dos trabalhadores. Diversas categorias têm lançado mão deste direito em suas campanhas salariais, tornando a legislação ultrapassada pela própria realidade.

Mas nem todos os movimentos foram vitoriosos. O caso mais recente é o dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, que levou um grupo de dirigentes sindicais a iniciar uma discussão e avaliação das principais greves ocorridas no país e seus resultados. Esse grupo tem se reunido em São Paulo para, a partir da análise do movimento sindical, verificar quando a greve pode ser um instrumento de pressão realmente eficaz nas negociações

com os patrões. Como e quando trabalhadores devem lançar mão do instrumento.

Do grupo de sindicalistas iniciou a discussão, agora ampliado nível nacional, fazem parte, e outros, Luis Inácio da Silva, o líder dos Metalúrgicos de São Bernardo Amadorina, dos Metalúrgicos Osasco; Jacó Bittar, dos Petroleiros Campinas e Paulínia; Joaquim Santos Andrade, dos Metalúrgicos São Paulo; Arnaldo Gonçalves, Metalúrgicos de Santos; Agrim Cavalcanti, dos Médicos de São Paulo; João Paulo Pires Vasconcelos, Metalúrgicos de João Monlevade; Olívio Dutra, dos Bancários de Foz de Iguaçu.

O grevismo e o nosso sindicato

Francílio Paes Leme

"O que fomos fazer lá foi simplesmente escolher a cor das flores do calção".

Com esta frase, um membro do Comando de Greve dos metalúrgicos de São Paulo, definiu sua ida à reunião da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para propor o parcelamento dos descontos dos dias parados, a anulação da lista negra e evitar as demissões em função da greve.

No dia 8 de novembro, mil dos 400 mil metalúrgicos de São Paulo deram por encerrada sua greve que durou 12 dias. Um final melancólico para uma greve que deixou como saldo a derrota econômica, a frustração generalizada, a divisão da categoria, o profundo desgosto da greve como principal arma do trabalhador e, o pior de tudo, a morte de um operário, o companheiro Santo Dias da Silva.

O movimento sindical sofreu vários reveses nos últimos tempos. A greve de São Paulo foi apenas um deles, talvez o maior, e o chamado "grevismo" tem contribuído para tais derrotas, por determinadas características que precisam ser debatidas.

Inicialmente, pode-se verificar que o movimento tem se direcionado, desde os primórdios, por uma estratégia grevista, onde, na prática, as reivindicações deixam de ser o móvel fundamental da campanha. A greve funda-se de ser o instrumento mais poderoso para obtê-las e se transforma na única forma de luta e, principalmente, no objetivo a se alcançar.

Estreitamente vinculada à característica anterior, se manifesta uma tendência a reivindicar índices de aumento salarial moralmente justos mas, na maioria dos casos, politicamente inviáveis, pelo menos na conjuntura atual. Assim, ao abraçar a tática do grevismo, o movimento adquire uma dinâmica própria onde a greve pela greve e os índices pouco realistas conduzem ao beco sem saída do "tudo ou nada".

O confronto tem produzido derrotas sucessivas e impedido saídas honrosas. Reuniões se esvaíam, o movimento se isola das bases e, por fim, uma assembleia melancólica referenda formalmente o que já se deu em reuniões e debates.

Aqui no Rio, há dois meses atrás, assistimos a mais uma greve derrotada — a greve dos bancários. Uma derrota econômica e uma humilhação política com a intervenção no sindicato, sem que se pudesse esboçar qualquer reação. Neste caso, a intenção de intervir no Sindicato era clara pois sua direção representava a médio prazo um poderoso inimigo. A armadilha foi preparada. Os patrões, intrinsecamente nas negociações, açulavam a greve enquanto o governo preparava a repressão. O resto do serviço foi feito pelos grupos defensores do grevismo que, usando os zonais como poder paralelo, isolaram a diretoria e conduziram a categoria à aventura. O resultado: sindicato sob intervenção, os bancários derrotados, centenas de demissões e a categoria desorganizada.

A vitória obtida com a retomada do sindicato pela oposição mais consequente foi destruída em apenas três meses.

Por isso, é preciso haver uma reação a essas aventuras. Só quem lucrava com esse tipo de greve foram o

preocupados com o nível de organização alcançado pelos trabalhadores. Hoje, estão mais tranquilos porque encontraram um aliado que, com suas aventuras, facilita o seu trabalho de divisão e desorganização dos trabalhadores.

Entre nós, professores, estas concepções também existem. Um balanço de nossas lutas mostra que, se no 1º e 2º grau, as concepções de pretensão de criar esse poder, já observadas, durante a greve do 1º e 2º graus, conseguiram seu intento. Numa assembleia com 500 professores (a categoria tem 6.000), foi rejeitada a proposta da diretoria, que previa um acordo de 71%, porque era preciso fazer a greve. Após a decisão do TRT, a Comissão de Ensino Superior, porta-voz do grevismo, assume de fato a direção do movimento. O fim foi a derrota

foi afastada pelo "tudo ou nada". Foram mais de 100 demissões e um acúmulo de 44%. Para o 1º e 2º graus, 56% de demissões contidas.

Diante deste quadro, nossa responsabilidade é a de evitar a greve pela greve. É preciso organizar o sindicato em cada escola, criar as Delegacias Sindicais, sindicalizar o maior número de colegas e aumentar nossas atividades culturais. Lutar, mas oferecer, gratuitamente, nossas beças ao inimigo.

Os professores precisam estar à frente à ação divisionista, a seu "pavão radical" e a suas propostas aparentemente democráticas, que têm só visam enfraquecer a direção do movimento, pois uma infra-estrutura anárquica, facilita a criação de poder paralelo que usa a categoria para atingir seus objetivos políticos.

Para este mal, o remédio é a organização e unidade, que não se alcançam com a liderança isolada do conjunto da categoria. Isto os professores alcançaram, derrotando as concepções

Consumada a violência: Governo acaba partidos



Foi consumado o arbítrio, numa tumultuada sessão do Congresso Nacional, às 2 horas da manhã do dia 22 de novembro. A maioria arenista na Câmara extinguiu Arena e MDB, cedendo às pressões do Governo: o ministro da Justiça, Petrônio Portella, chegou a dizer que haveria retrocesso, caso os interesses do Planalto fossem contrariados.

Os opositores condenaram a fórmula inventada pelo Governo para a reorganização partidária e lembraram que o recém-extinto MDB era um Partido com 46 milhões de eleitores, 26 senadores, 189 deputados federais, 345 deputados estaduais e 614 prefeitos.

Mas o Planalto teve que amargar apenas uma meia vitória: os congressistas

derrubaram o artigo 5º suprimindo, assim, a sublegenda, considerada instrumento essencial para o Governo ter um Partido majoritário no Congresso nos próximos anos.

Esta pequena rebelião também serviu para mostrar a verdadeira face do arbítrio: logo no dia 23, o presidente Figueiredo revelou aos senadores arenistas que vetará o artigo 13 da nova lei, de modo a manter a sublegenda. Claro que o veto presidencial poderá se tornar inócuo, caso o Congresso o rejeite, consolidando uma posição de independência, bastante arranhada nos últimos anos. Aguarda-se, em Brasília, agora, o desencadear de novas pressões, para que o regime não seja obrigado a se mostrar, oficialmente, inflexível.

Trabalhadores contra a reforma

A reforma partidária imposta pelo governo continua gerando críticas. Agora foi a vez dos dirigentes sindicais, reunidos com o senador oposicionista Roberto Saturno Braga, no último dia 12 de novembro, no Sindicato dos Professores, repudiaram o projeto, cujo objetivo claro é traquecer o movimento oposicionista no país, através da extinção do MDB.

Em nota aos trabalhadores, os dirigentes afirmam que "a mão totalitária que extingue arbitrariamente o partido da oposição, é a mesma que intervir nas entidades sindicais, prende e processa líderes da classe trabalhadora. O regime que impede a livre organização de partidos políticos é o mesmo que assassina trabalhadores por lutarem por seus direitos".

A reunião, que decidiu apoiar as manifestações de

repúdio ao projeto governista de reforma partidária, contou com as presenças de líderes dos Professores, Metalúrgicos do Rio, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Rodoviários, Artistas, Petroquímicos de Duque de Caixas, Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, Vendedores e Bancários. O documento recebeu ainda a adesão de outros sindicatos cariocas, como o dos Médicos.

Congresso traça rumo da luta pela anistia

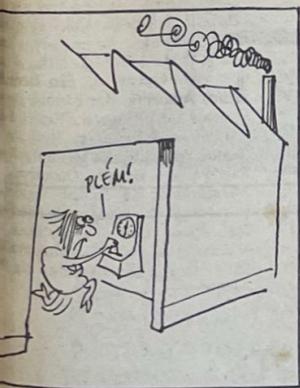
Após três dias de debate, e apesar de muitas divergências, os 2500 participantes do 2º Congresso Nacional pela Anistia, realizado de 15 a 18 deste mês em Salvador, aprovaram, por aclamação, um documento que define de que forma continuará a luta pela anistia:

Libertação imediata de todos os presos políticos e retorno de todos os exilados; esclarecimento dos casos de morte e desaparecimento; revogação das leis repressivas; reintegração de todos os abrangidos pela anistia parcial; responsabilização judicial dos torturadores, além de denúncias do indulto que o governo pretende dar, do atestado ideológico, das cassações brancas e das demissões dos participantes das greves recentes, foram as principais campanhas definidas pelo documento.

Durante o Congresso, a Comissão de Desaparecidos e Mortos apresentou informações sobre a descoberta de corpos de desaparecidos políticos, enterrados com nomes falsos, no cemitério de Perus, em São Paulo. Moções também foram apresentadas, entre as quais a libertação da brasileira Flávia Schilling, presa no Uruguai, e a proposta de que os movimentos pró-anistia contribuam na pressão para que Teodomiro Romeiro dos Santos, asilado na Nunciatura Apostólica de Brasília, consiga um salvo-conduto.

O Congresso também se posicionou sobre questões gerais consideradas importantes para o prosseguimento unitário da luta pela anistia — contra a extinção do MDB, contra o projeto de reformulação partidária do governo, e pela ampla liberdade de organização partidária.

Mulher discute a mulher



A importância da criação de um núcleo feminino, que reúna trabalhadoras das diversas categorias, para o estudo de problemas comuns — conclusão constatada a par de várias experiências contadas, como as transmitidas pelas metalúrgicas — foi uma das conclusões dos debates sobre as "Condições da Mulher Trabalhadora", realizados no Sindicato, em novembro.

Vários temas foram discutidos, como o feminismo, a estereotipização da educação feminina e a relação da mulher com o sindicalismo. Apesar do interesse e da importância dos temas, além da oportunidade de se abordar temas e reivindicações específicas, no caso da mulher

professora, inserida numa categoria em que é maioria, foi pequena a presença das companheiras.

Nos debates, a problemática do feminismo foi abordada pela socióloga Moema Toscano e pelas escritoras Carmen da Silva e Branca Moreira Alves. As conferencistas analisaram os preconceitos que as mulheres enfrentam, inclusive com suas companheiras, quando tentam encaminhar suas questões específicas.

Elas mostraram os mitos criados com o feminismo, dando destaque à crença de que as feministas são rivais do homem, quando também ele é oprimido e pressionado por seus próprios condicionamentos e pelas cobranças da

sociedade, que lhe atribui normas pré-fixadas de conduta.

Também se analisou a situação da mulher trabalhadora que acaba por transferir à filha mais velha toda uma gama de responsabilidades familiares, e que ainda se vê afastada da participação sindical, devido à sua dupla jornada de trabalho (profissional e doméstica).

Por isso, é preciso a criação de um núcleo feminino para a discussão de problemas comuns, como a CLT, nos itens referentes à amamentação, maternidade, creches, licença para gestantes etc ou, especificamente, o horário integral nas escolas, para evitar constantes deslocamentos e facilitar a mulher trabalhadora.

Comissão no sindicato

Foi criada, na Sede do Sindicato dos Professores, uma Comissão Especial de Solidariedade aos mestres atingidos, demitidos e presos em decorrência do golpe militar de 1º de abril de 1964. Peça-se a todos os professores que tenham sido atingidos ou demitidos comparecerem à

nossa Entidade de classe, no seguinte horário: Segundas, quartas e sextas-feiras, das 15 às 18 horas, para tratar de assunto de seu real interesse. Dos professores presos, falecidos e desaparecidos, solicita-se a presença de um familiar. Contactar o Professor BAYARD DEMARIA BOITEUX.

Contra o ensino pago

Com a participação de 32 Diretórios Centrais de Estudantes e de quatro Uniãos Estaduais de Estudantes (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), foi realizada este mês, no Rio, a reunião do Conselho de Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes, que, entre suas resoluções, aprovou uma campanha em todo o país contra a instituição do ensino pago, que vai incluir um plebiscito sobre o assunto.

Já a partir de dezembro a UNE inicia os contatos para o desencadear da campanha, organizando uma caravana que irá a Brasília reivindicar a revogação da liberação das taxas de anuidades nas escolas pagas e, ainda, que o Governo destine um mínimo de 10% do orçamento da União para a educação, como prevê a Constituição de 1946. Uma nova reunião do Coneg será realizada no período de férias.

MARIANO



...HUM!
 NÃO VEJO NADA DE FANTÁSTICO. QUERIA VER E SE ELE MORASSE EM NITERÓI, DESSE AULA DE MANHÃ EM COPACABANA, DE TARDE EM NOVA IGUAÇU, DE NOITE EM JACAREPAGUA E COM APENAS Cr\$50 POR HORA DE AULA!



e a "barra" do professor

